



DEPOIMENTOS



Depoimentos

REDE BRASILEIRA DE RENDA BÁSICA

Das tantas incertezas que a chegada do Covid-19 trouxe ao mundo, uma das poucas certezas que todos os países tinham, era a necessidade de adotarem programas de suporte de renda para a população mais afetada pela crise sanitária. E as medidas foram tomadas de forma ampla, tanto nos países da Europa, quanto na América Latina. Naquele momento era essencial pensar a forma de ampliação de benefícios sociais pré-existent, fortalecimento do seguro-desemprego ou de manutenção dos empregos com subsídios de salários ou ainda, novos programas de renda, como aconteceu no Brasil, com o Auxílio Emergencial. No entanto, havia a necessidade de forte mobilização, pois o governo além de reduzir o problema, não apresentava alternativas, negando as necessidades da população.

Na contra mão do desgoverno, a Rede Brasileira de Renda Básica, junto com outras organizações como o Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), a Coalizão Negra por Direitos, a União de Núcleos para Educação Popular de Negras/os e Classe Trabalhadora (Uneafro), o Pacto pela Democracia, a Bancada Ativista, o Advocacy Hub, o Instituto Ethos e vários outros coletivos movimentos sociais e ONGs, construiu uma grande mobilização social para implantação imediata de um esquema de Renda Básica Emergencial capaz de cobrir todos os inscritos no Cadastro Único e também os desempregados, informais e autônomos do país. Movimento que ficou conhecido como “Renda Básica que Queremos”. Com fortíssima mobilização e pressão social, o plenário da Câmara aprovou em 26 de março – com modificações relevantes – o projeto do deputado Eduardo Barbosa, implementando o Auxílio Emergencial.

O maior desafio a partir daí, seria fazer com que a Renda Básica Emergencial chegasse com a maior brevidade possível aos trabalhadores informais, desempregados e famílias pobres, assegurando a preservação da vida e evitando aglomeração de pessoas em busca de novos cadastrados. Um imenso desafio para um país com dimensões continentais que precisava organizar um modelo emergencial de implementação que chegasse a públicos diversos de vulnerabilidade e nas mais diferentes realidades regionais. Diante deste desafio, duas posições extremas precisaram ser confrontadas. De um lado, a de minimizar a dificuldade operacional de transferir renda de forma rápida a um contingente de milhões de cidadãos. De outro lado, a de considerar impossível essa empreitada.

Diante de todo o contexto complexo de implementação, que em nenhum momento procurou ouvir os beneficiários, movimentos sociais ou mesmo, incorporar os conselhos de direitos na gestão da renda emergencial, passamos ao entendimento estratégico de que deveríamos estabelecer um elo e manter o debate sobre a garantia de renda para além da conquista formal. Ao estabelecer esse elo de ligação entre a luta em defesa da renda, a voz dos beneficiários, mensurando os impactos negativos e positivos da garantia de renda, e materializar esses entraves e injustiças na avaliação de elegibilidade ao benefício através da estruturação de denúncias, mobilização das instituições jurídicas e políticas passamos a conquistar um espaço de representação junto à sociedade civil, em especial aos beneficiários. A estratégia de envolvimento dos beneficiários na escuta, na resolução de situações em conjunto, e fundamentalmente enfrentar o debate sobre renda enquanto garantia fundamental, estabelece um novo patamar de entendimento social do que conquistamos. Se é direito do cidadão, precisa ser respeitado e efetivado. Não há luta por uma Renda Básica que Queremos, se deixarmos os problemas e gargalos, ou até mesmo as falas estigmatizantes se sobreporem aos conceitos e a proteção social efetiva a que se propõe a política de renda.

Assim o fizemos durante toda a pandemia, abrimos as portas virtuais da Rede Brasileira de Renda Básica para o conjunto de beneficiários e foram muitos atendimentos.

Foram mais de 6000 atendimentos a beneficiários em 2021, com orientações para resolução de problemas e acesso ao benefício. Com essa participação e organização dos usuários foi possível acompanhar milhares de casos, inclusive, registrados e oficiados ao Ministério da Cidadania, que reprocessou aproximadamente 36 mil beneficiários, portanto, usuários da política de assistência social.

Neste caderno de depoimentos, retratamos histórias reais, de pessoas que trazem as suas resistências e estratégias de sobrevivência sem o direito à renda respeitado. Ao Compartilhar esses relatos acreditamos que estamos contribuindo com o debate sobre o direito à Renda Básica permanente, e ao fortalecimento da luta e resistência necessárias à construção das bases para o que queremos no futuro. Um futuro que garanta a todos os cidadãos brasileiros o direito de viver com um nível digno de renda.

A convite do projeto Memória Popular da Pandemia, coordenado pela Plataforma Dhesca, uma rede formada por 47 movimentos sociais e organizações da sociedade civil, trouxemos um pouco dos registros dessas histórias que protagonizam resistências e conquistas. Te convidamos a ouvir e a se mobilizar nessa mesma luta!

Paola Loureiro Carvalho - Diretora de relações internacionais e institucionais

Bruna N Carnelossi - Secretária

Aline Martins

Sou a Aline Martins, mulher negra, mãe solo de 4 filhos, moradora da periferia da cidade de Viamão, região metropolitana da Capital do Rio Grande do Sul. A pandemia me fez ficar somente em casa, cuidando dos meus filhos e da lida diária, mas antes disso eu sempre trabalhei como cuidadora de idosos. Diga-se, uma das primeiras profissionais que foram dispensadas do trabalho em virtude do cuidado mais do que necessário que devíamos ter com os idosos. E eu, sozinha com meus filhos, não poderia permanecer e dormir no trabalho.

Associada a dispensa do emprego, beneficiada pelo Bolsa Família e nem perto conseguia chegar de ser beneficiada do Auxílio Emergencial. Não recebia, porque no site da DATAPREV constava que eu não estava nos critérios de elegibilidade. Foi aí que achei nas redes sociais o trabalho da Rede Brasileira de Renda Básica e através das lives da Paola Carvalho, fui entendendo que muitas pessoas passavam por isso e que existiam caminhos possíveis.

Ali comecei a ajudar na pressão popular por justificativas capazes de serem defendidas por quem estava aguardando o Auxílio Emergencial. Pasmem, depois de muita mobilização, o Ministério da Cidadania e Dataprev informaram que era por óbito sem justificativa, ou seja, o próprio governo federal não sabia dizer de onde saiu essa informação. Foi um período muito difícil, pois os órgãos públicos estavam fechados e o próprio Ministério da Cidadania, responsável pelo maior programa de proteção de renda durante a pandemia, só disponibilizava um canal digital, com mensagens automáticas que não faziam nenhum sentido.

Aí começa uma verdadeira peregrinação. Fui até o CRAS saber sobre o Cadastro Único para Programas Sociais, já que eu era do Bolsa Família até então; fui a Receita Federal, na Caixa Econômica Federal e em todos os outros órgãos públicos que tem na minha cidade, mas ninguém conseguia ajudar. O fato do Ministério da Cidadania ter feito o Auxílio Emergencial sem os municípios, fez com que os serviços que estavam mais próximos das pessoas não soubessem de nada, e em gestões municipais menos comprometidas com o povo, todas as portas foram fechadas.

E então, pra onde correr? Como que o mesmo governo me considera viva para o Programa Bolsa Família e morta para o Auxílio Emergencial? Desistir não era uma opção, pois como eu ia sustentar 4 crianças e uma casa sem poder trabalhar? Só não foi pior a nossa situação pois a casa que moramos foi deixada pela minha mãe.

Com a RBRB e a Defensoria Pública comecei a luta para provar que estava viva. Foi aí que cheguei na Defensoria Pública da União. E até para os defensores foi difícil explicar que uma pessoa que estava recebendo o Bolsa Família até aquele mês, não podia estar morta. Até que achamos uma ponta de explicação: registrei o falecimento da minha mãe pouco antes da pandemia. Foi a única vez que entrei num cartório de registros. Mas era a única explicação. E lá fui eu novamente, pra dentro do Cartório, reviver a perda da minha mãe em busca da verdadeira situação da minha suposta morte. E achamos, o cartório registrou o contrário, como se minha mãe estivesse me enterrando. Daí já temos a ideia da fragilidade de dados no nosso país. Quantos de nós somos invisíveis?

Em abril solicitei o auxílio emergencial, mas somente em agosto de 2020 passei a receber o benefício, após muita pressão judicial. De março a agosto as contas foram acumulando e acabei garantindo o básico com ajuda dos amigos e familiares, mas passamos dois meses sem luz elétrica em casa. O auxílio emergencial ajudou a garantir comida, pagamento de água e luz que estavam atrasadas, ou seja, o básico. Enquanto muitos pensam que é luxo, que é o suficiente para que nunca mais uma mãe de família queria ou precise trabalhar.

Mas não tinha como não pensar em quantas pessoas, assim como eu, estavam com o benefício negado injustamente e não tinham como entrar em contato com a Rede Brasileira de Renda Básica através da Paola Carvalho, ou mesmo, não tinham informações básicas de que seus direitos tinham que ser garantidos.

Assim, comecei a ver que se não fizessemos algo do povo para o povo, não conseguiríamos nada. Aproveitei a experiência de ter ido atrás da minha situação e conseguido os caminhos para sanar dúvidas e organizar a luta do povo e coloquei a minha casa e o meu conhecimento para ajudar as comunidades de Viamão. Para aqueles que não conseguiam nem mesmo se inscrever no aplicativo ou se inscreveram errado por não ter conhecimento ou mesmo internet, para aqueles que estavam negados sem justificativa ou de forma injusta, todos que não tiveram acesso. Eu assistia as lives da RBRB e acabei formando um núcleo comunitário de atendimento em Viamão.

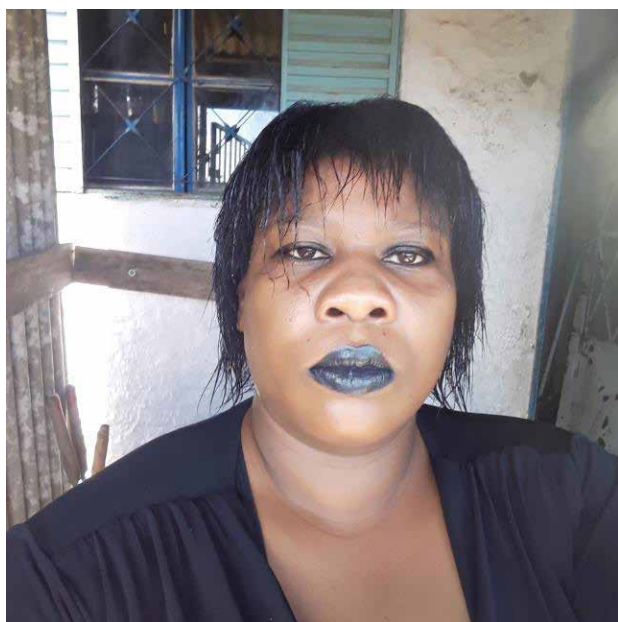
Foi tão empoderador, que eu consegui até ir junto numa reunião com o Gerente da Caixa Econômica Federal na cidade para exigir cadeiras e um lugar protegido para aquelas famílias que passavam as noites naquelas filas enormes.



Chegamos ao fim do Auxílio Emergencial, e de agosto de 2020 a outubro de 2021, três vezes por semana eu montava a minha banquinha para atender as pessoas mais desesperadas. Muitas famílias tendo que escolher entre manter a higiene ou garantir um pacote de arroz, pessoas que assim como eu, estão há meses sem luz, sem água e principalmente, sem ajuda.

A cada família que recebia o Auxílio Emergencial, um direito que foi negado, eu me sentia muito feliz. Sabia que isso faria a mudança real na vida e na sobrevivência dessas pessoas. Voltei a me sentir útil!

A luta vai continuar, porque passei a acreditar na luta coletiva, nas organizações sociais, em um apoiar o outro. Mais do que isso, passei a acreditar que a Renda Básica de Cidadania é a volta da dignidade pra mim e pra todos na minha volta. Uma dignidade que nos foi roubada!



Amanda Scholles



Sou a Amanda Scholles, moradora de uma periferia da Zona Norte de Porto Alegre, tenho 27 anos, mãe solo de um pequenino de apenas 1 ano e 9 meses. Sou mais uma das milhares de mães solas brasileiras que se cadastrou no Auxílio Emergencial porque realmente precisava desse direito em meio a pandemia. Fui uma dessas que recebia os valores dobrados como estava na lei, mas que de uma hora para a outra foi bloqueada sem motivos.

Lembro-me do dia em que descobri que meu auxílio estava bloqueado, fiquei apavorada olhando para o aplicativo do Caixa Tem, era como se tivesse sido golpeada com um soco no estômago, não estava esperando. Peguei meu filho no colo e saí correndo em direção ao primeiro banco da Caixa. As filas sempre enormes, pois assim como eu, muitas pessoas passavam pela mesma situação. Após aguardar um tempo para ser atendida, apresentei meu caso para o atendente, mas sem sucesso. Segundo o atendente, o banco não tinha como ajudar, pois dependia única e exclusivamente do governo federal. Também me recorro que ele dizia para eu contestar e eu dizia que não conseguia, que já tinha passado a manhã inteira tentando e ligando para inúmeros contatos. Saí aos prantos, pois sabia o quão difícil seria retomar meu direito.

Coincidentemente, uma grande amiga também passava pela mesma situação. Ambas mães solo, acabamos nos ajudando muito nesse processo todo. A partir daí, descobrimos que no mês de junho muitas mães solas haviam sido bloqueadas por motivos inconsistentes e ao mesmo tempo a TV e o governo federal não mostravam essa realidade. Para ser sincera, acredito que o governo não se importe com nossas vidas. Tal fato me deixou ainda mais triste.

Eu sou manicure, trabalho informalmente, ou seja, vivo de bicos. Se tem demanda, eu trabalho e recebo. Caso contrário? Eu passo dificuldades e essas dificuldades são ainda maiores quando se é mãe solo. Agora imagina essa realidade durante uma pandemia? Não foi e não está sendo fácil. Em 2020 com as escolas fechadas, precisei muitas vezes escolher entre ficar com meu filho ou ir trabalhar. Já em 2021 não consegui matricular ele, pois ele ainda não possui a idade necessária e as demais são particulares, o que não cabe na minha realidade. Resumindo, eu não tinha condições de trabalhar e ainda assim o governo federal decidiu me bloquear sem motivos.

Desde o início, o Auxílio Emergencial foi fundamental para colocar comida na mesa e garantir o básico para meu filho. Por esse motivo não entendia o porque ter sido bloqueada depois de ter recebido todo Auxílio Emergencial 2020 e suas extensões. Estava tudo certo, me culpava achando que tivesse feito algo errado, mas como falei antes, fui entendendo que mais mães solas passavam por isso naquele momento.

Quando achei que tudo estava perdido, acabei conhecendo o trabalho da Rede Brasileira da Renda Básica (RBRB). Comecei a acompanhar os conteúdos e lives que a Paola Carvalho fazia e numa dessas ações, acabei tomando coragem para chama-la. Expliquei toda minha situação, de qual realidade eu partia e necessidade que tinha de voltar a receber meu Auxílio Emergencial. Depois de confirmar que eu realmente me encaixava nos critérios e que havia sido bloqueada de forma injusta, a RBRB me ajudou a separar meus documentos e entrou com um processo judicial. Era a luz no fim do túnel que eu e meu filho precisávamos enxergar naquele momento.

Em agosto eu recebia a resposta da justiça. Sim, eu tinha direito ao Auxílio Emergencial e por isso deveria ser desbloqueada. Não me contive de alegria, o choro foi de alívio e felicidade, pois só quem precisa sobreviver entende a importância de ter seus direitos garantidos. Avisei imediatamente a Paola, só sabia agradecer pela dedicação e empenho dela e seus colegas.

Alguns dias mais tarde, acabei encontrando Paola e sua equipe, onde me voluntariei para realizar uma entrevista e contar um pouco da minha história. Para mim, a ajuda da RBRB foi fundamental para reverter meu caso. Infelizmente o Governo Federal não se preocupou com as mães solas e tenho certeza que segue prejudicando milhares delas em os cantos do Brasil. Sempre que possível busco informar outras mulheres sobre esse trabalho incrível que a RBRB tem realizado, compartilhando nas minhas redes sociais, informando amigas e pessoas conhecidas. Se existe um movimento social como esse, outras pessoas devem ter a oportunidade de conhecer.

Depois desse contato com a Rede Brasileira da Renda Básica, me interessei em buscar meus direitos. Me comprometi em me inscrever no Cadastro Único e me organizar para receber o Auxílio Brasil, pois já havia sido avisada que o Bolsa Família acabaria e era uma intenção tentar receber. Para além disso, estou focada em me reorganizar após a pandemia. Estudar se possível, trabalhar, colocar meu filho numa creche, garantir o pão de cada dia. Não vou desistir dos meus sonhos e nem vou deixar meu filho passar por tantas dificuldades. Hoje entendo a necessidade de uma renda básica permanente que nos dê a chance de sobreviver e seguir sonhando nossos sonhos.

Bruna

Eu trabalhava de carteira assinada no começo da pandemia, mas precisei me demitir porque não haviam creches abertas, não tinha com quem deixar meu filho, ou seja, eu não tinha auxílio nenhum. O meu chefe não aceitou nenhum acordo e eu acabei saindo sem direito trabalhista algum. Resumindo, entrei na pandemia desempregada e com um filho pequeno para cuidar.

Pra quem não me conhece, eu sou a Bruna, moradora de uma periferia da Zona Leste de Porto Alegre, tenho 2 filhos, mas somente o menor de idade vive comigo. Infelizmente não tive condições de retornar com minha mãe e meu filho para o interior do Rio Grande do Sul, pois meu filho mais novo possui muitos problemas de saúde e precisa realizar tratamento na capital muito frequentemente. Por isso, optei por continuar vivendo na cidade grande para ter o mínimo de suporte necessário nos cuidados médicos.

Enquanto eu estava nesse processo de saída do meu emprego, uma colega de trabalho me orientou esperar 15 dias após minha demissão para realizar o cadastro no Auxílio Emergencial 2020. Lembro-me que ela disse que com certeza eu seria aprovada e que com esse dinheiro poderia me manter por algum tempo até me reorganizar. Dessa forma, acabei seguindo seu conselho, realizei a inscrição no aplicativo. Entretanto, nunca deu certo, sempre em análise.

Foi a partir desse momento que começou minha via sacra, pois percorri toda minha cidade em busca de ajuda. Sem poder realizar contestação no site da Dataprev ou no Ministério da Cidadania, com o pouco de dinheiro que restava, resolvi contratar um advogado particular, porém não obtive nenhum retorno. Fiquei sem saber o que fazer, mas acabei acionando a Defensoria Pública da União (DPU).

Eu já imaginava que esse processo não seria fácil, mas não sabia que iria demorar tanto. A DPU solicitava minha documentação, eu enviava. Em seguida, acabava recebendo novamente as mesmas solicitações e enviava tudo de novo. Essa situação perdurou por 12 meses. Eu fiquei de mãos atadas esperando uma resposta. Haviam momentos de euforia, quando apontavam uma data para o pagamento, mas logo em seguida a frustração de ser só mais uma promessa.

Nesses meses em que não tinha renda alguma, passei por muitas dificuldades. Para quem não sabe, eu sou bolsista, faço faculdade. Sendo assim, com a chegada do Covid-19 e a inserção das aulas remotas, eu tinha a necessidade de manter uma internet em casa e conseqüentemente pagar luz, água, gás, comida, etc. Eu e meu filho tínhamos a obrigação de ficar em casa e essa situação acabava exigindo ainda mais gastos.

Nunca vou esquecer do primeiro mês em que não consegui pagar internet. Lembro-me que fui conversar sobre minha situação com uma professora, explicando para ela que não poderia acompanhar as aulas dali pra frente, pois não teria mais condições de acessar as aulas e ela organizou junto com outros colegas uma campanha para que eu pudesse pagar esses meses de internet atrasado. Não me senti desamparada, pelo contrário, achei uma atitude acolhedora e solidária.

Como eu falei antes, eu não possuía uma fonte de renda fixa, não sabia mais da onde tirar dinheiro e as coisas só iam faltando mais. Eu só conseguia pensar o quanto o Auxílio Emergencial me ajudaria a ter condições de garantir o básico para mim e meu filho. Pensava na cesta básica que eu poderia comprar, nas contas que eu poderia não ter atrasado, no gás que não teria faltado. E olha que eu sei que os valores do Auxílio não eram altos, mas eu chegava a sonhar com aquilo.

A casa em que vivo é alugada e alguns meses de aluguel estavam atrasados. Eu só pensava que não poderia deixar meu filho vivendo na rua, ele precisava ter uma vida digna, um teto para morar, uma vida minimamente confortável. Infelizmente para pagar alguns meses de aluguel precisei vender alguns eletrodomésticos que tinha comprado com muito suor. Em alguns momentos pensei em vender minha própria geladeira para poder pagar o aluguel, porque não havia outro jeito.

Eu procurava emprego, eu fazia bicos quando conseguia, mas no auge da pandemia isso era praticamente impossível, tudo estava fechado e ao mesmo tempo eu não tinha com quem deixar meu filho.

Após muitos meses, finalmente obtive a resposta de que me encaixava nos critérios do Auxílio Emergencial e que teria direito a receber as parcelas anteriores e conseqüentemente as dos meses seguintes. Entretanto, mesmo com a sentença favorável, a União seguia sem realizar o pagamento das parcelas, isso quando não alegava já ter realizado o pagamento. Eu cobrava, exigia uma resposta, mas o único retorno que tinha era um pedido de paciência. Era como se todas minhas contas e necessidades pudessem aguardar.

Por um acaso do destino, no dia em que ganhei uns ingredientes para fazer meus doces e precisei ir buscar até a Zona Sul, fiquei presa no trânsito por horas devido ao congestionamento que a motociata de Bolsonaro causou. Lembro que só conseguia pensar que enquanto eu buscava ingredientes para ganhar dinheiro e poder comprar comida, o presidente do Brasil passeava sem máscara pelas ruas da cidade. Foi quando eu avistei uma tenda com inúmeras cestas básicas e decidi ir até lá para ver do que se tratava, descobri depois que era um Drive Thru Solidário organizado pelos movimentos sociais.

Foi nesse dia que avistei a Paola Carvalho e conheci de perto o trabalho da Rede Brasileira da Renda Básica (RBRB), expliquei minha situação, passei meu contato, alguns dados como ela solicitou e fiquei no aguardo do que ela poderia fazer com meu caso. Eu já estava ficando um pouco desesperançosa, mas conhecia pelas redes sociais o trabalho da RBRB.

Alguns dias depois, a Paola veio até a minha casa, conversamos muito sobre tudo isso que eu havia passado e estava passando até aquele momento. Quando nós estávamos terminando a prosa, ela me veio com uma notícia. Relatou que pegou minha situação, meu nome e meu CPF e enviou diretamente para o secretário executivo do Ministério da Cidadania exigindo providências imediatas sobre meu pagamento e que finalmente eles haviam identificado a injustiça que estavam cometendo comigo e meu filho.

No fim do mês, dois dias antes da ordem de despejo se concretizar, eu finalmente recebi o dinheiro que era meu por direito. Depois de mais de 1 ano e com a ajuda da RBRB eu tinha a possibilidade de ter uma vida digna novamente. E acreditem, esse encontro salvou nossas vidas.



Edilene

O que que a baiana tem? No meu caso, muitos problemas com o Auxílio Emergencial. Sim, sou mais uma das milhares de mães solas brasileiras que foram bloqueadas pelo Governo Federal no momento em que mais necessitavam de ajuda. Me chamo Edilene, moro em Salvador/BA e vou contar um pouco da minha história para vocês. Recebi 3 parcelas do Auxílio Emergencial 2020 e quando fui sacar a quarta parcela descobri que estava bloqueada. Tentei não entrar em prantos, porque já passei por muitas coisas piores na vida. Seria somente mais uma provação e tinha que fé que eu e meu filho iríamos superar mais essa. Sendo assim, iniciei minha busca por ajuda para reverter minha situação. Contestei, fui até o banco da Caixa, fui no CRAS, enviei mensagens para o Ministério da Cidadania, tudo isso em vão, mas deixei registrado todas essas tentativas para comprovar que eu estava tentando. Não iria descansar até retomar aquilo que era meu por direito.

Foram meses difíceis, haviam dias que eu só olhava para o céu e perguntava para Deus como eu alimentaria meu filho. Só queria garantir o leite em casa, mas pra isso eu precisava me virar em 10, porque não é nada fácil ser mãe solo. Eu estava desempregada e sem condições de trabalhar, problemas de saúde, criança pra cuidar, falta de oportunidades, tantas coisas que vão se somando e a gente nem percebe com a correria.

O pai do meu filho não ajudou com 1 centavo nesse período, na verdade, ele simplesmente sumiu da vida cotidiana do menino. E o pior de tudo isso é que eu não queria e não quero colocar ele na justiça, pois sei que ele também não possui condições de pagar a pensão. Estou errada? Talvez, mas também tenho meus limites.

Após tentar reverter minha situação das mais variadas formas, decidi colocar meu caso na justiça, não tinha mais condições de levar essa situação adiante e sem uma mísera resposta de como resolver. Vale ressaltar que só consegui entrar na justiça a partir dos vídeos que a Rede Brasileira da Renda Básica (RBRB) postava nas redes sociais. Não esqueço de um vídeo explicativo sobre como acionar a Defensoria Pública da União (DPU) através do aplicativo no celular. Foi dessa forma que entendi como proceder. Expliquei meu caso e enviei os documentos conforme são solicitados pela justiça.

Achei que seria o fim do meu lamento, mas infelizmente foi só o começo. Os motivos pelos quais o Ministério da Cidadania alegava meu bloqueio eram esdrúxulos, um deles é que a minha renda familiar era acima do valor exigido e outro motivo dado é que meu sexo não era condizente com meus documentos. Absurdo! Essa injustiça me revoltava! Não bastasse isso, após entrar na justiça o processo judicial não andava. Sempre havia algum problema com a documentação, uma justificativa confusa, um prazo sem data.

Nesse momento estava decidida a buscar a ajuda da RBRB, não via outra alternativa a não ser pedir ajuda para quem realmente vinha fazendo um trabalho importante em relação ao Auxílio Emergencial. Como disse anteriormente, eu já acompanhava as mídias da RBRB, principalmente as lives. Numa dessas lives, anotei o número do telefone e entrei em contato através do Whatsapp. Meu atendimento foi praticamente imediato. Dessa forma, fui trazendo minha situação. Lembro-me de enviar longos áudios explicando meu caso, tudo o que já havia realizado para solucionar meu problema, o tempo de espera na justiça e também o contexto em que vivia junto com meu filho.

Essa pandemia desorganizou muito minha vida, mas o descaso que o governo federal teve com nossas vidas foi ainda mais cruel. Acredito que ele tenha atacado não somente nossa esperança, mas também nossa dignidade, pois passamos por muitas situações humilhantes.

Após entrar em contato com a RBRB, me fortaleci muito e resolvi contribuir nesse processo de pressão e denúncia sobre o abandono e desleixo do governo federal diante das mães solas. Portanto, participei de entrevistas em jornais e revistas, pois passei a compreender a importância do trabalho coletivo e a responsabilidade que temos em participar desse processo de solidariedade entre nós.

Sem saber que a Rede Brasileira da Renda Básica havia entrado no meu processo, encaminhado ele para advogadas parceiras e forçado os órgãos necessários a dar respostas concretas sobre meu caso, um dia após o dia dos pais recebi uma ligação da Paola me informando que finalmente minha sentença havia saído. Eu não só tinha direito ao Auxílio Emergencial, como também receberia os valores retroativos, pois a justiça reconhecia que eu já estava aguardando e sendo prejudicada há cerca de um ano.

Para mim foi extremamente simbólico ter recebido essa resposta um dia após o dia dos pais, tendo em vista que eu sou uma "Pãe" e o Brasil é cheio de "Pães" que trabalham duro para criar seus filhos e mantê-los vivos. Fiz tudo isso pelo meu filho e faria 1 milhão de vezes de novo se for necessário.



Fernanda Ferreira da Fonseca



Me chamo Fernanda Ferreira da Fonseca, 60 anos, moro no bairro Jardim Imperial, em Atibaia (SP). Vivi nessa pandemia coisas que jamais imaginei. Fui diagnosticada com artrose e fibromialgia e por isso, não posso trabalhar em virtude das fortes dores e da dificuldade de locomoção. Meu marido, caminhoneiro, está desempregado desde 2019 e também tem problemas de saúde, com problemas renais e também iniciando um tratamento de próstata. Entramos com o pedido para o Benefício de Prestação Continuada (BPC), mas ainda não tivemos retorno do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS).

Assim como outros 56 milhões de brasileiros, parei de receber o auxílio emergencial em dezembro de 2020. Tive acesso a cinco parcelas de R\$ 600 e a outras quatro de R\$ 300, quando o benefício foi reduzido. Meu marido, apesar de também elegível ao auxílio, teve de esperar nove meses para receber os pagamentos. A liberação foi inicialmente bloqueada porque constava erroneamente no sistema que ele estava recebendo seguro-desemprego.

Somente em dezembro de 2020, após uma ordem judicial, a partir de um processo que a Rede Brasileira de Renda Básica deu início, conseguimos receber o benefício. Aqui peço licença pra contar um detalhe muito importante: No Natal de 2020, ao recebermos o valor judicial do Auxílio Emergencial fizemos uma lasanha. A lasanha é um prato simples na casa de muitas pessoas, mas pra nós, ela teve sabor de dignidade, de respeito, de vida e de que passaríamos por tudo vivos.

Que temos os movimentos sociais para nos darem suporte nessa luta. E por isso fizemos uma chamada de vídeo com a Rede Brasileira de Renda Básica, simbolizando como se estivessem comendo com a gente. Essa noite foi muito feliz.

Mas voltando a vida como ela é: como sustentar aluguel, luz, gás, comida e nossos remédios, sem ao menos ter o auxílio emergencial em 2021? Sem ao menos o INSS reconhecer que precisamos do Benefício de Prestação Continuada (BPC)?

Todo o ano de 2021, vivemos, ou melhor, sobrevivemos, com os R\$179 que recebi pelo Bolsa Família. Foram meses de muita angústia a necessidade. Os R\$ 179 que recebi do Bolsa Família foram embora rapidamente: R\$ 90 por um botijão de gás, R\$ 40 pra pagar a conta de energia e outra parte para quitar duas contas de água atrasadas. Teve meses que conseguíamos cestas básicas que vinham sendo distribuídas no bairro. Depois disso, com o volume limitado de doações e aumento da demanda, ficou ainda mais difícil. Até porque, acabam dando prioridade para quem tem criança, e eu entendo. Mas queria muito que os mais velhos também fossem olhados pelas políticas públicas.

Estou dentro de casa passando fome, já passei da fase de 'necessidade. Resolvendo ou não a Medida Provisória, vetando ou não as partes que incluem todos nós, eles continuam almoçando e jantando lá em Brasília, né?

Certo dia, onde nada foi conseguido e não aguentávamos mais a fome, recolhi pela casa algumas panelas velhas e as levei a um centro de reciclagem perto de casa, no bairro Jardim Imperial, em Atibaia (SP). Consegui R\$30,00 por elas, e assim consegui comprar um pacote de pão e 5 quilos de pé de galinha, que viraram nosso almoço e jantar por uma semana. A gente acaba almoçando/jantando as 16h, porque aí pode ser uma refeição somente no dia. Tomar café, a gente nem sabe mais o que significa.

Mas aí bateu o desespero ao pensar: Pra outra semana eu não tenho mais panela pra vender. Não sei o que vou fazer. Vocês sabem o que é não ter nem papel higiênico em casa? Acabou virando um artigo de luxo. A gente vem há meses cortando um lençol velho para levar ao banheiro.

E seguimos assim, sem retorno do INSS, sem perspectiva de voltar a ter um vida em que ir ao banheiro não seja motivo de vergonha e necessidade. Iniciamos 2022 com uma única esperança: que os governantes e as eleições mostrem quem de fato se importa com o que acabei de contar aqui.

Karen Viamão

Fui negada no Auxílio Emergencial porque o Governo Federal alegava que outros membros da família já estavam sendo contemplados, mas acontece que nós dividimos 3 casas no mesmo terreno. Vivo na cidade de Viamão, uma das cidades mais empobrecidas da região metropolitana de Porto Alegre/RS. Moro com minha filha que possui apenas 3 anos de idade.

Há alguns anos iniciei a construção de uma casa nos fundos do pátio de minha tia. Na época vivia uma união estável com o pai da minha filha. Com poucas perspectivas, mas com uma família bem unida, conseguimos após muito trabalho botar a casa de pé. Porém por questões da vida e também financeiras não concluímos diversas reformas que deveriam ser feitas. Após a separação do meu ex-companheiro na metade de 2019, eu e minha filha seguimos vivendo na casa de apenas três peças, sendo cozinha, sala e banheiro.

Como falei antes, no mesmo pátio existem 3 casas, sendo uma delas a minha, a do meio dos meus tios e seus filhos e a da frente da minha irmã e sua filha. Embora estejamos no mesmo terreno, dividindo o mesmo pátio e muitas vezes nos ajudando, vivemos uma vida diferente, temos demandas e contas para pagar diferentes. Porém o governo não parece compreender a realidade da maioria das famílias pobres do Brasil, pois no momento em que mais precisava de ajuda, tive meus direitos negados durante o auge de uma pandemia.

Em janeiro de 2020, antes do Covid-19 chegar ao Brasil, tinha acabado de conseguir um emprego com auxiliar de serviços gerais. Fiquei até o mês de maio saindo para trabalhar em meio a pandemia mesmo sendo diagnosticada como asmática grave desde a infância. Neste mesmo mês, acabei sendo demitida após pegar o quarto atestado médico seguido por questões relacionadas a minha comorbidade. Além de ser demitida, acabei saindo sem direito algum a seguro desemprego.

Nesse momento entrei em desespero. No meio de uma pandemia, sem emprego com uma filha de 3 anos para criar e alimentar sozinha e além de tudo isso, muitas contas para pagar, só conseguia pensar no pior, mas não perdi a esperança nunca. Após ver notícias na TV sobre o Auxílio Emergencial e entender que me encaixava nos critérios realizei meu cadastro no aplicativo, porém fui negada.

Após ser negada, tentei contestar de todas as formas, mas o Governo Federal não permitia. Fui no meu CRAS de referência, fui à Caixa, liguei para o Ministério da Cidadania, denunciei em ouvidorias, mas nenhum retorno. Fiquei mais de 6 meses sem suporte algum.

Nesse meio tempo, tive minha luz cortada por falta de pagamento, pois o pouco dinheiro que vinha através de bicos, utilizava para fazer compras no mercado. Meu principal objetivo era alimentar minha filha. Estava cada vez mais preocupada com ela.

Com o fechamento da escola em razão do Covid-19, além de ficar sem aulas presenciais, minha filha ficou sem as 3 refeições diárias muitas vezes, desenvolvendo um quadro de anemia ainda em 2020. Em muitos momentos me senti sem saída, desamparada, mas dei o máximo de mim para que não faltasse nada para minha filha. Deixei muitas vezes de comer para que ela se alimentasse. Também não queria incomodar minha família, pois também passavam por dificuldades, mas nos ajudamos em muitos momentos. Não passamos fome, mas ficamos muito inseguros.

No começo do ano de 2021, consegui um novo emprego, após meses desempregada. Com isso, consegui minimamente me reestabelecer. Entretanto, acabei deixando de lado meu direito de ter recebido meu Auxílio Emergencial 2020 e suas extensões, havia perdido as esperanças de conseguir e também tinha medo de prejudicar meu trabalho.

Após ficar alguns meses no novo emprego, fui novamente demitida, dessa vez sem motivos e mais uma vez sem direitos. Só temia voltar a passar pelo que passei em 2020.

Sou umbandista e com a volta gradativa das atividades presenciais, passei a frequentar meu terreiro novamente. Em uma conversa despretenhiosa com uma irmã, conversava sobre as dificuldades que tinha passado e recentemente ter perdido meu emprego novamente. Foi nessa hora que ela me falou sobre a Paola Carvalho da Rede Brasileira da Renda Básica - RBRB e explicou o trabalho que ela realizava junto a beneficiários do Auxílio Emergencial de todo Brasil. Sem nunca ter perdido a esperança, arrisquei! Enviei uma mensagem para o contato que essa irmã de religião havia me passado.



Iniciamos nossa conversa na metade de novembro, expliquei toda minha situação para Paola e sua equipe, contei minha história e tudo que passei e ainda passava com essas crises que estamos vivendo no Brasil. Após muitas conversas por Whatsapp e ligações telefônicas, descobri que teria direito a entrar na justiça para receber meu Auxílio Emergencial 2020 e suas extensões, o que daria cerca de 7 mil reais retroativos. Além disso, fui convidada pela Paola para uma conversa. A ideia era que eu pudesse contar para mais mães solo a minha história, denunciar as injustiças que estavam acontecendo e quem sabe motivá-las a fazer o mesmo.

Todas vacinadas com a segunda dose, recebi a Paola e sua equipe em minha casa, onde conversei e entreguei meus documentos para que a RBRB pudesse finalmente entrar com um processo judicial através da advogada da rede. Sigo na luta para encontrar um novo emprego, aguardando o resultado da sentença do juiz, mas sabendo que lutei pelos meus direitos e os direitos de minha filha, pois não desejo a ninguém o que passei. Não é vida trabalhar um dia inteiro por apenas 30 reais.

Kuca

Antes da pandemia eu fazia oficinas nas escolas, nos abrigos sociais, nas ruas. Eu sou um agente da cultura, trabalho, vivo e luto pela arte. Entretanto, com a chegada do covid-19 precisei interromper meu trabalho, meus sonhos e os sonhos de centenas de jovens que querem produzir arte.

Me chamo Lucas, mas sou conhecido com Kuca, trabalho como grafiteiro há mais de 20 anos, sou educador social e atuo em grupos de arte e cultura há pelo menos 15 anos. Trabalho e levo arte junto com outros jovens em diversas regiões do país.

Como falei antes, a pandemia interrompeu muitos sonhos que eu tinha. Um deles foi o sonho do diploma no Ensino Superior, pois infelizmente fiquei sem condições de continuar pagando as mensalidades. Quando nós estávamos dentro da normalidade, eu conseguia produzir uns 5 ou 6 trabalhos por mês, sejam murais, painéis, trabalhos particulares ou coletivos. Com a chegada do covid-19 esse cenário mudou bruscamente, o setor artístico foi um dos setores mais prejudicados do mundo do trabalho. Ficou escrachado a falta de investimentos na arte e na cultura, mas principalmente na incapacidade e irresponsabilidade do governo federal de conseguir subsidiar e criar políticas públicas que contemplassem minha categoria. O que pra mim foi muito contraditório, porque mesmo não sendo uma prioridade para investimentos, a arte foi uma das principais formas de ocupação e lazer durante a pandemia.

É nesse contexto de necessidade que me inscrevi no Auxílio Emergencial 2020. Eu sou inscrito no Cadastro Único há muitos anos, já havia acessado outras políticas públicas, ou seja, sabia a importância dessas políticas públicas e sociais para a minha vida, da minha família e de muitas brasileiras e brasileiros que também acessaram. Dessa forma, consegui ser aprovado no Auxílio Emergencial.

Em 2020 eu só consegui sobreviver porque estava recebendo o auxílio. Foi possível pagar minhas contas pessoais, minha alimentação, mas principalmente, as contas dos espaços culturais que eu e meus colegas atuamos. Com ajuda de cada um que constrói a arte e a cultura e atua nos espaços que eu faço parte, foi possível garantir o básico entre nós, principalmente comida e moradia. Eu sei que é o básico, mas no auge da pandemia esse dinheiro ajudou muito.

Eu sou muito grato aos movimentos sociais e a Rede Brasileira da Renda Básica – RBRB que juntos ocuparam o Congresso Nacional e lutaram para que o Governo Federal realmente implementasse uma política de renda emergencial e que contemplasse o maior número de pessoas possível. Infelizmente não foi tudo tão simples, eu com 32 anos, sempre atento as mídias digitais, tive muita dificuldade de acessar os aplicativos criados pelo Governo Federal para realizar o cadastro e o recebimento do Auxílio Emergencial. Eu e muitas pessoas conhecidas acabávamos nos ajudando para entender como proceder. Acabei ajudando muitos amigos nesse processo de cadastramento, mas sei que muitas pessoas não tinham alguém para orientar. E se a gente parar para pensar na quantidade de pessoas que ficaram de fora porque não possuem essa cultura digital ou não possuem acesso a celular e internet, isso com certeza aumenta os números de pessoas que não acessaram o Auxílio Emergencial. Eu fiquei muito confuso, mas acabava acessando o aplicativo na madrugada, porque era o momento que ele funcionava e ia tentando entender melhor. Porém, precisei ir diversas vezes até o banco para solicitar ajuda e entender por onde, quando e como iria receber. O governo federal não orientou nenhum de nós e também não destacou profissionais e órgãos para auxiliar a população a acessar seus direitos. Pelo contrário, a impressão que tenho é que quis dificultar.

Em 2021, eu conheci a Paola Carvalho, diretora da RBRB, conversei com ela como tinha sido meu processo para receber o Auxílio Emergencial e das dificuldades que tive para acessá-lo. Mas para além disso, refleti muito sobre a necessidade que o Brasil tem de implementar uma Renda Básica permanente.



Eu amo arte, mas só amar a arte não garante minha sobrevivência, eu preciso de oportunidades, de formação e políticas públicas que valorizem esse importante setor. E vejam bem, eu não estou falando em capitalizar a minha arte, eu só quero é ter condições básicas de seguir com nosso trabalho social através de incentivo público. Eu e meus colegas atuamos em muitos bairros, escolas, associações comunitárias, abrigos, mas praticamente tudo isso vem do nosso bolso. Se houvesse mais políticas voltadas para a arte e a cultura, teríamos mais condições de dar visibilidade ao nosso trabalho, realizar as ações que já produzimos e ao mesmo tempo pagar nossas contas e garantir aquele prato de arroz, feijão e carne no fim do dia.

Quando eu comecei no grafite aos 15 anos, fazia uma pintura ali ou aqui, na padaria do bairro, no restaurante, onde abria uma oportunidade. Se eu tivesse estabilidade no começo, teria condições de me estruturar e potencializar minha arte. Eu vejo que tem muitos jovens que amam trabalhar com a arte, mas não vem nela uma forma de sobreviver. E eu digo pra todo mundo que eu amo arte, quero viver e trabalhar através da arte que faço, fomentar e levar a arte para essa juventude que está em muitos lugares precisando de pessoas e políticas públicas que mostrem pra ela que vale a pena.

Ao contrário do que muitos afirmam, o Brasil possui uma diversidade cultural e artística muito grande, e é das periferias brasileiras, onde o governo federal não chega que tem saído obras de arte que marcam gerações e que se consolidam como cultura nacional. E os bailes funk, as rodas de samba, os picho e tantas outras expressões culturais são a prova disso. O que falta não é arte e cultura no Brasil, o que falta são políticas públicas que valorizem brasileiros e artistas como eu e essa pandemia só mostrou ainda mais a importância que a arte têm, porque foi a música, a dança, as lives, os desenhos que ajudaram muita gente a enfrentar o dia a dia fora da normalidade.



Lucas Gertz

Me chamo Lucas Gertz, tenho 26 anos, sou assistente social recém formado e moro em Porto Alegre há 8 anos. Me formei durante a pandemia. E acreditem, não foi nada fácil. Produzi meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) praticamente através de um celular com a tela quebrada. Meu notebook havia estragado e não tinha como pagar o valor da manutenção. Desse modo, fiquei alguns meses estudando pelo celular. Embora tenha tido muito trabalho, me formei em no começo de 2021.

Lembro do dia em que a Paola Carvalho me ligou, Diretora da Rede Brasileira de Renda Básica, era mais um sábado de maio. Ligou bem cedo da manhã com uma voz animada. Nós ainda não nos conhecíamos, talvez já tivéssemos estado juntos em alguma luta política, mas não lembrávamos um do outro. Paola se apresentou, contou do trabalho que vinha realizando sozinha desde o começo do Auxílio Emergencial e também da conquista e reconhecimento que obteve depois de tanta luta. Era o começo de um sonho antigo, pois além de ter conseguido ampliar sua atuação em torno do acesso aos direitos de beneficiários do Auxílio Emergencial que estavam enfrentando dificuldades, ela também teve a oportunidade de construir o núcleo da Rede Brasileira da Renda Básica (RBRB) no Rio Grande do Sul. Nesse dia, Paola colocou a necessidade de ter um assistente social na equipe. Assim como eu, ela também era formada em Serviço Social. Sendo assim, fui convocado para o time e aí começa minha história com a RBRB. Iniciei meu trabalho junto com Paola e a RBRB em junho. Na primeira semana reuni com os demais membros do núcleo: Ronan, Carolina, Yuri e Felipe. Nos reunimos de forma remota, onde Paola apresentou o tema e a longa história da luta pela Renda Básica no Brasil, os debates em torno do Auxílio Emergencial e o debate em torno das tarefas de cada um de nós. Lembro que no começo eu só conseguia pensar na complexidade do trabalho. Nunca vou esquecer que após a primeira reunião, peguei um caderno e anotei tudo o que precisaria passar a aprender.

Após me apropriar do tema, me deparei com o Whatsapp da RBRB. Quando peguei o celular do núcleo, haviam cerca de 2 mil contatos de beneficiárias de todo o país. Me impressionei com a quantidade de pessoas que chegavam diariamente nas nossas redes. O que para mim, só comprovava a ineficiência do governo federal para com os brasileiros no momento em que mais necessitavam de direitos.

Dia após dia, fui atendendo pessoas de todo o Brasil. A quantidade muitas vezes exigia que eu desse respostas mais rápidas as demandas, mas sempre buscando respeitar os limites e as situações de cada um. A postura ética, responsável e empática sempre norteou as ações do núcleo. Nos empenhávamos o tempo todo para garantir a boa informação e principalmente contribuir para que as milhares de pessoas que haviam tido problemas com o Auxílio Emergencial revertissem a sua situação.

No Whatsapp foram muitas Marias, Clarices, Brunas, Ediths, Josés. Muitos casos me marcaram, mas de forma geral o aumento da pobreza e o desespero da fome foram as questões que mais me impactaram. Recebia mensagens desesperadas. Era o medo da mesa vazia, da cesta básica cada vez mais cara. Era a falta de direitos que aumentava sucessivamente. De 2 mil contatos salvos no celular em junho de 2021, chegamos a dezembro do mesmo ano com mais de 5 mil pessoas, um número relevante e que nos preocupava cada vez mais.

Numa das reuniões do núcleo, propus que passássemos a construir ações nos bairros e periferias de Porto Alegre e Região Metropolitana com o objetivo de atingir ainda mais as famílias em vulnerabilidade. Essa ideia surgiu após uma experiência incrível que tivemos junto a Central Única de Favelas (CUFA) na Grande Cruzeiro, onde realizamos um processo de formação com os jovens multiplicadores e após isso construímos com eles mesmos uma mobilização para um grande mutirão para resolver questões relacionadas ao Auxílio Emergencial da comunidade local. Quando percebi a potencialidade naquilo que estávamos trabalhando, passei a entender a importância de levar para mais pessoas. Desse modo, realizamos ações na Cruzeiro, em Viamão, Alvorada, no Rubem Berta, no Morro da Cruz e também passamos a formar pessoas para realizar esse trabalho em outras cidades como Pelotas, Rosário do Sul, Tupanciretã, Cachoeirinha, entre outras.

A cada ação de rua que realizávamos conhecíamos um pouco mais da realidade do nosso povo. Encontramos muitas histórias incríveis e conseguimos ajudar muitas pessoas a acessar o Auxílio Emergencial.

A pandemia só nos mostrou aquilo que já falávamos, o governo federal não tem preocupação alguma com os problemas e dificuldades das pessoas. De forma cruel, deixou milhares de mães solo sem receber seus direitos, não garantiu uma análise do benefício de forma justa e coerente, não preparou a Assistência Social para contribuir nesse processo de orientações, não pensou, muito menos facilitou o acesso de milhões de brasileiros nas plataformas digitais.

Para mim, fica um grande aprendizado e uma certeza: a Renda Básica é um direito necessário para o Brasil menos desigual.





Em meio à crise sanitária e total ausência das políticas sociais, tivemos um desafio, auxiliar aqueles que mais sofreram com a pandemia, pois o governo federal instituiu um programa de transferência de renda, através do auxílio emergencial, mas não pensou em orientar as pessoas a terem acesso a esse, o que daria garantia de dignidade e sustento as famílias brasileiras.

Além do difícil acesso ao programa e suas informações, o que demonstra um total descaso, muitas pessoas tiveram seu direito negado de forma arbitrária, o que causava um sentimento de injustiça, angústia e um desrespeito aos seus direitos.

Inicialmente, as pessoas tinham uma dificuldade de se cadastrar para receber o auxílio emergencial, como estávamos em situação de isolamento social, orientávamos por meio das redes sociais, realizamos lives e instruíamos a fazer o cadastro.

Teve uma situação marcante, quando começamos atender no meu escritório de advocacia de forma presencialmente, com os devidos protocolos sanitários e as medidas de proteção, numa oportunidade um rapaz jovem bateu a nossa porta, ele era morador de rua, mas não tinha telefone celular para fazer o cadastro do auxílio emergencial, e pediu se poderíamos ajudá-lo, fizemos o cadastro para ele e naquele momento observei que muitas pessoas que necessitavam ficariam sem receber, pois infelizmente não tinham condições de solicitar.

Diante disso, não víamos por parte do poder público, iniciativas de auxiliar as pessoas, tanto que uma beneficiária, em uma outra situação, me informou que ela não teria direito, pois a renda da família era muito elevada, segundo informação da Secretaria de Desenvolvimento Social do Município, perguntei o que ela e sua família auferiam mensalmente, mencionou que o marido ganhava um salário-mínimo, a única filha menor de idade não tinha renda alguma e ela que trabalhava na informalidade, havia ficado sem serviço, pois desempenhava atividades de diarista e por conta da pandemia não tinha mais renda alguma. Naquele momento consultei os dados da referida, que estava contemplada com o auxílio emergencial, mesmo não tendo se inscrito, pois ela tinha o cadastro único atualizado, no outro dia ela procurou uma agência bancária e o valor já estava disponível, ela vibrava, pois estava vivendo com muita dificuldade e se não tivesse buscado a nossa ajuda, jamais teria recebido um valor que minimizou seus problemas naquele momento difícil da sua vida.

Além da ausência do poder público e a falta de acesso as informações, houve também situações em que as pessoas tiveram seu benefício negado de forma arbitrária, neste momento procuramos ajuda dos veículos de comunicação da nossa cidade, dando entrevistas e abrindo mais um canal de informação, o que possibilitaria atingir mais pessoas.

A partir de mais essa forma de divulgação do nosso trabalho voluntário, aumentou o número de pessoas atendidas e algumas situações passamos a judicializar os casos, atendíamos diariamente e todos as situações eram marcadas de muito sofrimento e angústia, demonstrando a dura realidade que estavam vivenciando, no momento que julgo mais caótico da pandemia. Em um dos acolhimentos, atendi uma mãe solo, menor de idade, beneficiária do bolsa família, com dois filhos, uma com 1 ano e o mais novo, com 1 mês de idade, teve o benefício negado, pois não preenchia os requisitos, o que era um verdadeiro absurdo. Mas, muito além da negativa do direito, havia os problemas sociais, pois as pessoas não tinham se quer uma passagem de ônibus para se deslocar até o escritório, o que confirmava a necessidade em receber um benefício, essa mãe se deslocou até o atendimento caminhando com um de seus filhos nos braços e apenas teve seu direito reconhecido, pois ajuizamos uma ação em julho e após dois meses a União reconheceu o erro e efetuou os pagamentos. É importante mencionar que para alguns pode não parecer muito, dois meses, mas para quem está passando por privações de direitos básicos, como alimentação, esse tempo é uma tortura.

Outra situação ocorreu, quando me deparei com uma conhecida que fazia muitos anos que não encontrava, ela nos procurou em um dos momentos mais difíceis da sua vida, pois tinha ficado desempregada no início da pandemia e teve seu benefício negado, sob alegação que ainda estava empregada, no entanto já havia ocorrido a baixa do vínculo empregatício, ajuizamos a ação e em poucos dias houve o pagamento, isso fez com que ela, naquele momento, se restabelesse para buscar o ingresso no mercado de trabalho.

Trabalhamos muito para garantir que as pessoas tivessem acesso aos seus direitos, tanto que, quando elas não tinham condições de ir até nós, nós passamos a ir até elas, fazíamos ações coletivas nas comunidades e muitas vezes íamos buscar a documentação necessária para judicializarmos as ações.

Enfim, foram muitas as arbitrariedades que foram vividas pelas pessoas, tanto que até hoje ainda há processos judiciais tramitando, que infelizmente não tiveram o mesmo resultado positivo dos casos relatados, pessoas que passaram por privações, que não tiveram o mínimo de dignidade e respeito, mas nem por isso desistimos, continuamos trabalhando voluntariamente para que a justiça seja feita, garantindo os direitos daqueles que mais necessitam, buscando alcançar a justiça social e políticas públicas efetivas para as pessoas em situação de vulnerabilidade e que precisam da presença de um estado forte e atuante em suas vidas.

Marina Callegaro

Advogada, ativista social e Vereadora em Santa Maria-RS.

Michele

Meu nome é Michele, tenho 46 anos de idade, vivo numa chácara fruto de uma herança familiar no interior do Estado de São Paulo. No terreno há algumas moradias e desde então vivo sozinha numa casinha ao lado de minha mãe. Entretanto, por convivermos juntas, minha mãe acabou colocando-me em seu Cadastro Único. Não sabia que isso daria problemas no futuro, visto que um dos motivos alegados pelo governo para me bloquear foi a renda per capita acima dos valores exigidos.

Embora na casa de minha mãe haja 3 pessoas recebendo aposentadoria, sendo elas de minha mãe, de meu falecido pai e de meu irmão que vive até hoje com sequelas de um AVC, eu não recebo ajuda alguma deles. Além disso, ainda preciso ajudar a sustentar minha filha que está morando no Paraná, pois graças ao SISU/ENEM ela ganhou uma bolsa integral no curso de Medicina Veterinária. O que me deixa muito feliz, mas mais aflita em não poder ajudar. Sou mãe solo, então imaginem o trabalho dobrado.

Recebi a primeira parcela do Auxílio Emergencial em maio de 2020. Lembro-me até hoje da felicidade que tive ao ver aquela quantia em dinheiro na minha conta. Infelizmente a alegria durou pouco, logo fui cortada por exceder a renda familiar, segundo o governo. Me senti muito injustiçada, pois sabia que tinha direito e necessidade de acessar meu direito.

Fui imediatamente até o meu CRAS de referência e solicitei atualizações no meu Cadastro Único. Em seguida, conheci o trabalho da Rede Brasileira da Renda Básica (RBRB), onde passei a ser acompanhada pela Paola Carvalho, pessoa que tenho muito apreço. Após explicar toda minha situação, a RBRB encaminhou meu caso para a advogada Marina.

Após meses, obtive uma resposta judicial. Alegavam que eu recebia aposentadoria por invalidez. Mais uma mentira descabida. Na mesma hora, a advogada Marina recorreu a esta sentença. Fiquei muito brava com essa situação, pois ingressamos com o processo em outubro de 2020, entramos o ano de 2021, esperamos mais alguns meses para que? Simplesmente receber esse retorno.

Essa pandemia me colocou em diversas situações adversas. Desde a perda do meu emprego sem ter meus direitos trabalhistas garantidos. Perdi meu crédito bancário devido as dívidas que foram se acumulando. Precisei vender um carro do ano de 2011 e acabei comprando um Gol antigo do ano de 1997. Com o tempo fui ficando ainda mais endividada por causa desse carro. Buscava vender, mas ninguém queria. De qualquer forma, a minha maior preocupação era manter a minha filha nos estudos, ela não podia perder aquela bolsa.

Passei por muitas dificuldades para comprar comida para mim e garantir a alimentação de minha filha. Ambas estão precisando ir ao dentista e outras especialidades da área da saúde. Utilizamos ao máximo os serviços públicos de saúde, porém algumas questões não são oferecidas pelo Sistema Único de Saúde. Acho importante ressaltar que estou realizando tratamento para curar depressão, ou seja, muitas vezes tenho crises muito intensas e que acabam por me imobilizar.

Para não passar fome, precisei ficar um tempo na casa de minha mãe. Infelizmente foi uma experiência humilhante, visto que meu irmão nunca aceitou meu retorno para a casa de minha mãe. Segundo ele, eu estava tentando me aproveitar da situação. Resultado: fui expulsa de casa 3 vezes.

Precisava cada vez mais desse Auxílio Emergencial. Sem muitas perspectivas, decidi me aventurar e tentar a sorte no Rio de Janeiro. Fui convidado por um “amigo” de internet há passar um tempo com ele na cidade até que eu encontrasse um emprego. Contudo, fui usada por ele, ou seja, mais uma desgraça para minha lista. Retornei para minha cidade com muita tristeza, pois sabia que não seria fácil de novo.

Tive muito medo de passar fome, medo das crises de meu irmão, medo de estragar o futuro da minha filha, medo, medo, medo, muitos medos. E sinceramente? Nenhum medo era maior do que destruir o sonho do Ensino Superior que tanto lutamos juntas para ela conquistar. Sei o quanto a Educação é capaz de transformar as pessoas e o mundo, por isso valorizo e ensinei minha filha a valorizar.

Atualmente, para garantir nosso sustento, faço pães caseiros de torresmo por encomenda. Rodo a cidade inteira vendendo para as pessoas, amigos, comércio locais. A minha primeira compra de ingredientes só aconteceu porque um tio me ajudou com 200 reais para iniciar. Infelizmente ainda não estou tendo lucro, pois o dinheiro que arrecado com as vendas, acabo investindo em mais produtos para produzir mais pães. De qualquer forma, acredito que vai dar certo dessa vez.

Recentemente recebi uma mensagem do aplicativo Caixa Tem informando que estava apta a receber o Auxílio Brasil. Fiquei contente, mas com muita raiva, pois isso só comprova que eu tinha direito de receber o Auxílio Emergencial e que as formas de avaliação do governo federal não possuem um método confiável, prejudicando muitas pessoas como eu.

Enquanto meu Auxílio Emergencial não vem, eu sigo na luta para sobreviver. Estou aguardando acabar o recesso do judiciário para voltar a pressionar a resolução concreta do meu caso e conto com a ajuda da RBRB. Não vou desistir dos meus direitos e dos meus sonhos. Uma das coisas que mais me motiva a seguir com esperanças é a vontade que tenho de tirar esse presidente do poder, quero voltar a ser feliz. Sei que o Brasil pode ser melhor do que está sendo.





Me chamo Midia, sou uma mineira de 34 anos, casada, mãe de um garoto de 10 anos e vim compartilhar um pouco da minha vivência nesse último período.

No começo de 2020 consegui um emprego de carteira assinada num pequeno mercado de bairro. Não tive dúvidas em aceitar, pois a situação já não estava fácil antes da pandemia. Vocês não devem saber, mas eu sofro de uma doença autoimune, isso por vezes acaba dificultando muito a minha inserção e permanência no mercado trabalho. Além disso, nunca consegui acessar o Auxílio Doença devido minha idade e por não ter tempo significativo de contribuição previdenciária. Dessa forma, sempre fui negada nas perícias que fiz.

Trabalhar, mesmo com minhas limitações, é a única forma de colocar comida na mesa para minha família. Quando pensei que as coisas iriam se ajeitar, veio a pandemia. Pronto, não deu outra. Alguns dias após iniciar o isolamento social, o médico que acompanha meu tratamento informou que eu não poderia seguir trabalhando. Segundo o médico minha imunidade era muito baixa, possuindo um alto risco para minha saúde. Eu imaginava que isso aconteceria, mas não queria, eu precisava demais daquele emprego. Com muita tristeza pedi minhas contas com apenas 2 meses de carteira assinada. Resumindo, sem direito algum.

Não bastasse minha situação, meu marido também estava desempregado. No primeiro mês de pandemia só haviam boatos de que seria criado um Auxílio Emergencial, ou seja, o medo batia em nossas portas.

Com o anúncio oficial do Auxílio Emergencial 2020, eu e meu marido realizamos o cadastro. Para nossa surpresa apenas ele havia sido aprovado. Sobre o meu, alegavam que eu estava com um emprego formal, o que era um grande equívoco, visto que a empresa onde eu trabalhava já havia dado baixa na minha carteira de trabalho. É a partir daí que começa minha luta...

Sem esperar o tempo passar, entrei em contato com Defensoria Pública e consegui dar entrada com meu processo. Entretanto, não foi nada fácil, precisei esperar muito tempo para que a justiça desse uma sentença sobre meu caso, alegavam que estavam com poucos recursos humanos e uma alta demanda. Só tive causa ganha no fim da primeira fase do Auxílio Emergencial e adivinhem? Ainda recebi os valores incorretos. Ao invés de receber o retroativo, só recebi uma parcela de 600 reais. Entrei novamente em contato com a justiça, pois sabia que tinha direito. A resposta que recebi foi de que receberia os valores restantes junto com a próxima data de pagamento.

Esperei, já estava esperando há muito tempo mesmo. Quando chegou a data do pagamento, fui verificar meu aplicativo do Caixa Tem. Infelizmente não tinha valor algum. Fui até o banco para tirar a dúvida e também não havia nada. Fiquei sem saber o que fazer, mas ao mesmo tempo estava um pouco mais tranquila por saber que meu marido estava conseguindo receber.

Comecei a procurar informações na internet e foi nesse momento em que vi uma publicação nas redes da Paola Carvalho sobre o Auxílio Emergencial. A partir de então, passei a acompanhar tudo o que ela postava. Acompanhava todas as lives, comentava sobre minha situação nas postagens, mas queria mesmo era conversar diretamente com ela. Num desses comentários em que postei, uma moça acabou me enviando o contato da Paola. No mesmo dia entrei em contato, pois já estava chateada demais com toda aquela situação. Eu me sentia humilhada por precisar ficar correndo atrás de algo que sabia que era meu por direito. Expliquei toda minha situação e tudo o que já havia feito para revertê-la. Rapidamente tive minha mensagem visualizada e iniciamos uma conversa. Eu digo para todos que ela foi um anjo que caiu do céu. Sei que ela fez e faz tudo isso porque acredita e luta por uma sociedade melhor, mas me senti tão acolhida, tão especial. Desse jeito, já não lutava mais sozinha, mas tinha o amparo da Rede Brasileira da Renda Básica (RBRB).

Passei a divulgar o trabalho da RBRB e as ações que construíam. Certa vez passei o dia inteiro compartilhando as listas que Paola divulgou nas redes para recorrer os casos que estavam com problemas. Lembro-me que no começo muitos não acreditavam que isso daria em algo. Além disso, tinham medo passar seus dados, pois haviam muitos golpes na internet.

Jamais esquecerei da Veraleide da Bahia que rapidamente me enviou uma mensagem pedindo ajuda. Eu, que estava sendo ajuda, sem saber muito o que fazer, só fiquei pensando que estávamos no mesmo barco. Me ofereci para ajudar como podia e ela acabou confiando a mim seus dados. Eu de Minas Gerais, ela da Bahia, as duas com o mesmo problema e sendo solidárias uma com a outra. Meses depois, quase um ano, descobri que ela conseguiu receber seus valores atrasados, o que encheu meu coração de alegria.

No começo de 2021, depois de muita luta e espera, finalmente eu consegui receber os 2.400 reais que restavam. Viramos o ano ainda sem emprego e não foi por falta de envio de currículos. Infelizmente temos um governo federal que não se preocupa com pessoas como eu, que possuem doenças autoimune ou qualquer outra que as limite de acessar o mercado de trabalho.

No fim dessa história toda, coisas boas também me aconteceram. Ganhei uma linda amizade através das redes sociais. Eu e Veraleide da Bahia nos falamos praticamente todos os dias. Um dia, se Deus quiser e as condições financeiras melhorarem, ainda vamos nos conhecer pessoalmente. E não poderia deixar de dizer que a Paola foi quem me deu forças para não perder as esperanças. E se hoje estou aqui, contando minha história para vocês é porque alguém como ela acreditou em mim.

Patrícia Raposo-RJ

Eu fui uma das pessoas que tiveram o auxílio emergencial negado por estarem, segundo a Dataprev, mortas. Que mesmo provando estarem vivas, a Justiça foi o caminho para que o auxílio emergencial fosse liberado. Me chamo Patrícia Raposo, de 48 anos, mãe de um menino de 10 anos, moradora de Cascadura, na Zona Norte do Rio. Antes da pandemia trabalhava em uma escola em São Gonçalo, na Região Metropolitana do Rio, mas foi dispensada.

Dali pra frente me vi desesperada, sou a única responsável pelo meu filho, o pai dele sumiu e nunca ajudou em absolutamente nada. Eu era professora, as escolas fechadas, sem nenhuma perspectiva de trabalho e com muito medo de morrer pelo Covid-19, pois com quem ficaria meu filho? Ah, sou Assistente Social também, mas nunca atuei na área.

Mas voltando ao tema, o governo me matou antes do tempo. O Ministério da Cidadania e a Dataprev chegaram a contestar meu pedido afirmando terem meu registro de óbito, mas via Defensoria Pública da União, tentei com todas as forças provar que estou viva. Imaginem que um dos despachos da Justiça Federal afirmava que toda a documentação que eu apresentava não era suficiente para provar que eu estava viva. Até que um dos Defensores que me atenderam, me sugeriu procurar algum aluno que tivesse virado servidor público, para que com fé pública, pudesse confirmar minha existência através de uma declaração.

E lá fui eu para as redes sociais, procurar os alunos e descobrir a profissão de cada um, até que finalmente encontrei um servidor público federal e tive que acioná-lo, com toda a vergonha, para pedir um atestado de que estou viva. Cheguei a incluir os comprovantes eleitorais de 2020, provando que morto não vota!

Meu processo andou de fato quando entrei para a mobilização coletiva pela Rede Brasileira de Renda Básica. Como os canais de comunicação do Ministério da Cidadania são falhos, os beneficiários encontram apoio nas organizações sociais. Em síntese: quando o governo ouve, os mais vulneráveis ganham. Assim, uma lista feita com mais de mil nomes foram reavaliados dentro do Ministério da Cidadania.

Deste modo, mesmo solicitando o benefício em abril de 2020, somente no dia 28 de dezembro de 2020 consegui receber o Auxílio Emergencial nas suas parcelas atrasadas. Fui demitida em fevereiro de 2020, sem nenhuma possibilidade de manter o mínimo dentro de casa, e somente 10 meses depois, que consegui finalmente ser enxergada pelo governo federal. Vou dizer pra vocês, as parcelas referentes a 2021 do Auxílio Emergencial também foram uma luta, meu nome não saía (do status) de "processamento". Fui aprovada em 25 de abril. Em maio, perto (do pagamento) da segunda parcela, cancelaram novamente o auxílio, sem motivo e sem direito à contestação. Acionei a Justiça novamente para contestar o cancelamento.

Mas voltamos a história dos 10 meses de luta em 2020, que sem nenhuma dúvida, foram uma tortura, um verdadeiro inferno. Os amigos somem, achando que você vai pedir comida, dinheiro emprestado ou qualquer tipo de ajuda. Sorte que alguns permaneceram. Na Escola pública alguns meses foram fornecidos cesta básica, mas eu precisava ir com meu filho caminhando por 10 km para poder buscar e trazer nas costas. Agradeço, mas era uma tortura.

A única parte boa de ter passado por tudo isso, é que com o recurso das parcelas vindo de forma acumulada em 28 de dezembro de 2020, pude me reorganizar de forma diferente. Priorizei pagar as minhas dívidas e com o dinheiro que sobrou, resolvi investir na minha sobrevivência com meu filho. Sobrevivência digna! Por isso, virei o ano para 2021 com um projeto na cabeça, abrir um pequeno negócio. Assim, acabei alugando uma barraca na favela e transformei na Barraca do Açaí de Cascadura.

Hoje, bem na entrada de Cascadura tu me encontra. A minha barraca tem cartão fidelidade, muitas opções de cobertura e faz a criançada virar cliente vip. É o melhor açaí de Cascadura, posso garantir!

Mesmo assim o que dá com a barraca paga o aluguel e o básico. Precisei investir menos na alimentação porque, além de ter que lidar com o aumento dos preços, tenho as outras contas pra pagar. A de luz está bem mais alta por conta da tarifa vermelha. Compras pro meu filho, por exemplo, sei que preciso adaptar. Não posso mais ficar comprando frutas, iogurte, algumas coisas que são necessárias pra saúde de uma criança. Infelizmente, tive que passar a considerar isso como supérfluo

Mas tive uma marketing muito especial. Ao decidir ir à luta, colocar a boca no trombone, procurar a Rede Brasileira de Renda Básica (RBRB),

acabei me encantando com o tema da Renda Básica de Cidadania. Assim, a RBRB acabou me indicando para alguns jornais escritos e até o TVRJ, onde contei em entrevista tudo que vinha passando e a virada que consegui dar.

Dois coisas aconteceram com isso: 1. A comunidade vinha até a minha barraca do Açaí pedir ajuda e eu ensinar os canais para conseguir reverter as decisões erradas do governo; 2. Virei uma pessoa famosa na favela, todo mundo queria comer meu açaí, saber porque a TV estava ali e até os fotógrafos dos jornais.

Assim tomei uma decisão. Me filiei a Rede Brasileira de Renda Básica e ofereci minha barraca para ser o Núcleo Cascadura. Nem todas as pessoas tem forças para persistir, mesmo se sentindo humilhada e fazer valeu seus direitos. Assim como fui ajudada, quero ajudar e seguir nessa luta. Quantas vidas poderiam ser mudadas se tivessem uma Renda Básica de Cidadania?





Tudo começou com a parceria entre a Central Única das Favelas do Rio Grande do Sul com a Rede Brasileira da Renda Básica (RBRB). Foi o meu primeiro contato com questões relacionadas a Renda Básica. O Auxílio Emergencial eu já conhecia, pois eu e meus familiares nos cadastramos no começo da pandemia. Eu me chamo Patrick, tenho 22 anos, sou negro, morador da maior periferia da Zona Sul de Porto Alegre, estudante prounista de Psicologia, multiplicador da CUFA/RS e militante do Levante Popular da Juventude. Vou contar pra vocês um pouco da minha vivência com a RBRB e quanto ela contribuiu para abrir meus horizontes.

Me lembro que eu e minha turma de colegas multiplicadores escolhíamos mensalmente um tema para abordar e aprender. Coincidentemente, estávamos muito curiosos para entender melhor como se dava todo o processo do Auxílio Emergencial, visto que muitos de nós e nossos familiares estavam passando por dificuldades e problemas para receber o benefício. Sendo assim, tivemos uma primeira atividade remota, onde ambas as turmas de multiplicadores participaram de um momento de formação com a Paola Carvalho.

Desde o começo nós já apontávamos a vontade de ajudar nossa comunidade a ter acesso ao Auxílio Emergencial, ou seja, organizar um dia no Centro de Juventude para que pudéssemos realizar o atendimento de beneficiários. A partir dessa demanda, tiramos um grupo de multiplicadores e estagiárias junto com o Lucas, agente de mobilização da RBRB, com o objetivo de construir essa atividade presencial. Entretanto, ao decorrer da construção, percebemos que seria necessária uma nova formação mais voltada para o atendimento prático das pessoas.

A RBRB imediatamente se prontificou em realizar essa formação presencial. Recordo que foi na metade de 2021, estávamos recém saindo do período crítico da pandemia, ou seja, era um dos primeiros espaços presenciais onde as duas turmas se reuniam, todos de máscara, seguindo os protocolos de segurança. Confesso que foi estranho no começo, mas conforme o conteúdo ia sendo exposto, o debate se acalorava. Eu, particularmente, fiquei muito tocado ao entender as tantas injustiças que o governo federal estava fazendo com milhões de brasileiros. Em muitos momentos nós mesmos começamos a trazer relatos sobre nossas próprias vidas. A pandemia afetou de uma forma muito peculiar a vida da juventude periférica. Na minha visão ressaltou ainda mais as contradições e mazelas que nos são impostas estruturalmente.

Passado esse segundo momento de formação, o grupo de Whatsapp criado ainda no começo das atividades seguiu se reunindo online para construir a atividade presencial. Nesse sentido, escolhemos a data da ação num dia em que o próprio Centro de Juventude da região já distribuía cestas básicas. Nossa intenção era garantir o maior número de pessoas da comunidade participando da ação. Construímos coletivamente um panfleto para que pudéssemos postar em nossas redes sociais, realizar colagem em pontos de circulação estratégicos dos bairros onde estávamos inseridos, distribuir para vizinhos, amigos, etc. Esse processo de mobilização e construção da ação me fez dar ainda mais importância para ela. Não esqueço de uma frase falada pela equipe da RBRB, segundo eles, nós estamos lidando com vidas, vidas que estão vivendo uma pandemia e em extrema precariedade. E disso eu e a maioria de nossos colegas entendemos bem.

Fiquei muito feliz com essa construção, porque ela conseguiu unir nossa turma em prol de uma luta tão importante e para ajudara nossa própria comunidade que tanto necessita. Tem vezes que sinto que o governo federal esqueceu da desigualdade social existente no Brasil. Mas sobre a atividade, para além do número de pessoas que atendemos no dia da ação (e não foram poucas), o mais bonito mesmo foi ver a jovens de 15 a 24 anos mobilizados e mobilizando o bairro de forma solidária, acolhedora e responsável. Porque na minha visão o resultado é o de menos, muita gente se preocupa com o resultado, mas o que nos ensina são os processos, ainda mais quando eles acontecem de forma coletiva.

Por fim, gostaria de poder mostrar pra todo mundo o quanto a vida da periferia seria diferente se tivéssemos condições mínimas para viver, oportunidades para seguir nossos sonhos e objetivos. E sei que um dos caminhos possíveis é a implementação de uma renda básica permanente. De qualquer forma, eu sigo gritando e dizendo o que o Levante me ensina todos os dias: É nós por nós! Se eles lá não fazem nada, nós fazemos por aqui! E a pandemia mostrou o quanto nosso povo é solidário com o próprio povo. Não podemos perder nossas esperanças!

Tania

Estou viva! Quero provar que estou viva! Mas acredito que o Governo queria muito que eu não estivesse. Quero contar a minha experiência aqui na Memória Popular da Pandemia, experiência de superação, dificuldade e acolhida. Me inscrevi no Auxílio Emergencial em abril de 2020, com a esperança de poder me manter em distanciamento e cuidar das minha vida até que o Covid-19 não fosse mais um mostro desconhecido.

Moro em São Paulo, Capital. Morava com meu filho que tem 24 anos no início da pandemia. Até que perdemos uma casinha cedida e acabei buscando a casa de amigos, a cedência de uma cama ou um quarto para dormir. Já tenho 61 anos, feitos em dezembro, dia em que vim ao mundo sem nunca perder a esperança. Mulher negra, mãe-solo, trabalhadora informal e que passa muita dificuldade. Nunca tive a carteira assinada, sempre vivi de trabalhos informais.

O Auxílio Emergencial merece um capítulo importante dessa memória, até porque é um capítulo importante na minha vida e sobrevivência na pandemia. Posso dizer que fui símbolo da negligência em 2020, ao ser considerada morta pelo Governo Federal. Depois de cinco meses e de minha história ganhar destaque nos jornais, consegui receber a primeira parcela do auxílio emergencial somente em agosto de 2020.

Mesmo já contando que recebi em 2020 o Auxílio Emergencial, preciso contar a dor que senti ao abrir o aplicativo e ler que o resultado da minha avaliação era negada e pasmem, porque eu estava morta! Como assim? Morta? Sim, eu estava morta aos olhos do governo! Desesperada, comecei a bater de porta em porta nos órgãos públicos competentes para mostrar que eu estava viva. Foi uma peregrinação que me fez ir até a Caixa Econômica Federal, à Prefeitura, À Defensoria Pública da União – DPU, ao Centro de Referência de Assistência Social – CRAS e ninguém sabia o que me dizer.

Até que um dia, na fila da Caixa pelo 5º dia consecutivo, me indicam olhar nas redes sociais um canal, uma pessoa de uma organização social que estava coletando as informações, entrando com ações judiciais e ajudando o povo mais necessitado a receber o auxílio emergencial. Assim conheci a Paola e a Rede Brasileira de Renda Básica. Enxerguei a luz no final do túnel, pois mais uma vez a Caixa me disse que não poderia fazer nada.

E assim foi meu não distanciamento na pandemia. Tive que comer diariamente no projeto social que oferece refeições por um real pra quem passa fome, trabalhei como diarista em pesquisa de opinião e em 2021 vivi catando latinha e buscando materiais para reciclagem. Não tive direito a distanciamento!

Mas como provar para alguém no Facebook que eu estava viva, que eu precisava muito e estava passando por tudo isso? Chamando, tendo fé e insistindo. Em plena Avenida Paulista, sem rumo, com fome e sem saber mais onde poderia bater, essa era a minha última chance. E eu decidi buscar essa luz.

Mandei fotos minhas, muitas, pra provar que era eu e que eu estava viva! E finalmente alguém me deu atenção, alguém me viu como uma pessoa viva e me ajudou a ver o que estava acontecendo. O pior é pensar que isso representa milhares de outras histórias.

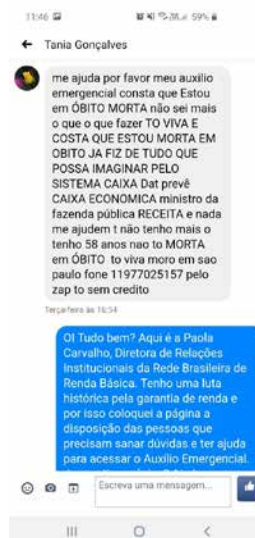
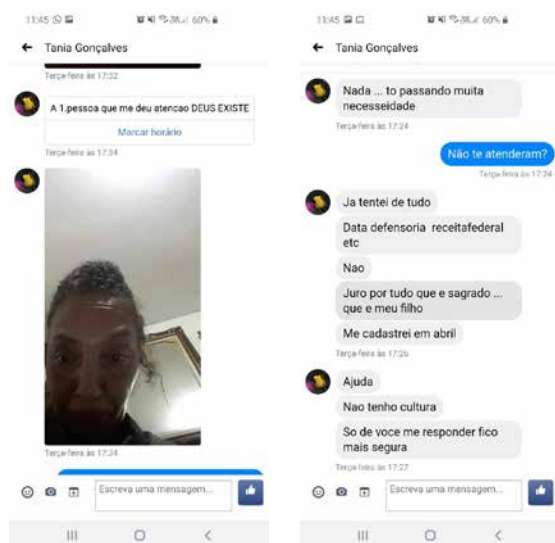
Com muita luta, denúncia e com um processo administrativo da Rede Brasileira de Renda Básica, de setembro a dezembro de 2020. Em 20 de abril de 2021, vem outra bomba e descobri que, mesmo estando desempregada e morando na casa de amigos "de favor", que não ia receber o benefício na nova rodada. Segundo o Ministério da Cidadania, meu pedido foi indeferido "por descumprimento dos critérios legais". No processamento, o sistema identificou que meu filho tem renda superior a meio salário mínimo por pessoa.

Mas o que o sistema diz não tem respaldo na minha realidade, assim como na de milhares de brasileiros. Meus dados foram cruzados com as informações mais perversas, marcadas pela negligência, pelo abandono e pelo descaso com a população brasileira.

Eu estava viva, mesmo sem o governo querer. Mas o meu medo era sobreviver à fome, à falta de tudo e ainda, sem poder me proteger do Covid-19.

Como que um sistema pode definir quem, entre os mais pobres e miseráveis, deve ficar de fora? Como escolher quem pode e quem terá direito de comer? Como fazer a escolha que condena alguém à fome e o outro à mínima chance de sobreviver com poucos recursos? Como um sistema nos mata enquanto ainda estamos tentando sobreviver?

Tive medo do governo estar certo e por fim morrer! Mas estou viva!



Thatiana

No fim de 2019, eu e uma amiga decidimos abrir uma pequena empresa de corretor de imóveis. Para isso acontecer, precisei abrir um cadastro no Microempreendedores Individuais (MEI). Junto com essa amiga, me organizei para dar vida aos negócios e finalmente colocar velhos sonhos em prática. O que não esperávamos era que uma pandemia estava por vir. Tudo desmoronou e aí é que começaram as nossas lutas diárias para tentar ficar bem durante a crise sanitária.

Para quem não me conhece, me chamo Thatiana, tenho 47 anos e moro em Cidreira, Litoral Norte do Rio Grande do Sul junto com meu filho de 5 anos e uma neta de 6 anos. Além disso, tenho uma filha que atualmente mora na mesma cidade, porém em casas separadas. Devido a falta de condições de minha filha, deixamos minha neta morando comigo até as coisas se estabilizassem.

Minha filha Francielle tem três filhos, se separou no início da pandemia e simplesmente ficou sozinha com as crianças, sem apoio, sem trabalho, sem escola e sem nenhuma capacidade de se sustentar. O pai das crianças desapareceu, nem pensão foi capaz de garantir.

Nos primeiros dias de pandemia, entrei em pânico, havia investido todo meu dinheiro para abrir esse pequeno negócio, ou seja, não teria retorno algum até que as coisas normalizassem. Obviamente eu não tinha noção de quanto tempo isso duraria, mas ao passar dos dias fui criando mais consciência da situação colocada: as coisas não voltariam à normalidade tão cedo.

Assistindo TV, vi a notícia que após muita luta os movimentos sociais haviam conseguido garantir um Auxílio Emergencial durante a pandemia. Fui procurar mais informações na internet e fiquei atenta calendário do programa. Eu só pensava comigo mesma, não posso deixar de pegar esse auxílio, eu estou precisando muito. No dia em que saiu a notícia do aplicativo e a forma como seria realizado o ingresso no AE, eu e minha filha realizamos o cadastro no aplicativo. Minha filha tinha cadastro único, mas não sabíamos o quanto estava atualizado, portanto, atualizamos as informações via aplicativo mesmo.

Algum tempo depois, tivemos o retorno, fui selecionada para receber o Auxílio Emergencial. Lembro-me que verifiquei o site do Dataprev primeiro, vi o resultado da análise e fui contente avisar minha filha. Ela me disse que iria verificar o dela, ficamos juntas em vídeo chamada para aguardar o resultado. Foi quando ela informou que não havia sido aprovada. Não sabíamos o motivo, pois até então ela se encaixava nos critérios. Sabendo de seu direito, minha filha Fran não desistiu de lutar. Ligou para o Ministério da Cidadania, enviou mensagem na Ouvidoria, registrou queixa em diversos sites, foi até o CRAS, ao banco, mas infelizmente nenhuma alternativa teve sucesso.

Nossa necessidade e aperto, além da vontade de ir atrás dos direitos foi maior do que toda a confusão causada pelo governo. Percebi que a negativa indevida era uma realidade de muitas pessoas da minha cidade e de certa forma, da minha bolha nas redes sociais. Muita gente que não conseguia nem ao menos solicitar via aplicativo o benefício. Percebi que os jovens com maior acesso tinham mais facilidade, os mais velhos, com menos recursos tecnológico e menos conhecimento nas redes, acabavam com mais dificuldade de acessar e, por consequência, menor acesso.

Foi aí que procuramos nas redes sociais os grupos de beneficiários e organizações que lutaram pelo Auxílio Emergencial para descobrir o que estava acontecendo, como estavam apoiando e até mesmo denunciar a nossa situação. Infelizmente descobri que eram muitas famílias buscando ajuda. Felizmente encontrei o trabalho da Rede Brasileira de Renda Básica, através das lives da Paola Carvalho.

Dáí surgiu a ideia, fazer uma live para a minha cidade. Vale destacar que as lives eram o único recurso que tínhamos que chegar em mais pessoas. Por isso, procuramos a Paola e pedimos o apoio do Conselho Tutelar da cidade e de lideranças comunitárias que poderiam participar ao vivo, levantando as dúvidas e questionamentos das comunidades. Foi um sucesso, prova viva de que se as pessoas pudessem ter políticas públicas com clareza e acesso, teriam seus direitos mais respeitados.



Acabei me tornando um ponto de contato na cidade, articulando os problemas com a Rede Brasileira de Renda Básica. Ajudamos muitas famílias. O mais contraditório era que o meu problema persistia dentro de casa. Minha filha seguia sem poder receber o benefício por motivos completamente absurdos. Foi aí, que com apoio da RBRB abrimos processo judicial com um escritório parceria da ONG, que fazia os processos sem cobrar nada.

A luta judicial completou 14 meses e mesmo assim minha filha não conseguiu receber como mãe solo, recebeu como se o pai das crianças permanecesse em casa. Mesmo procurando o CRAS da Cidade, atualizando os dados, para fins de Auxílio Emergencial os dados estavam congeladas para antes de março de 2020. Todas as pessoas que perderam membros na família, que mudaram a sua renda, que ampliaram seus problemas seguiam sem ser enxergados pelo Governo.

Por incrível que pareça, escrevo esse relato com o problema que persiste. Minha filha segue sem ser reconhecida como mãe solo. O processo segue tramitando e já vai completar dois anos e mesmo assim persistimos porque é direito, dela e dos meus netos. Eu sigo tentando retomar a empresa, mas tudo está muito devagar, as pessoas estão com medo e a Omicron é uma realidade que bate violentamente na nossa porta quando estávamos começando a ter esperança.

Essa é uma história de uma avó, mulher, que acaba assumindo a responsabilidade de duas famílias, mesmo com poucas condições. Esse relato é meu, mas poderia ser de muitas avós, inúmeras que sustentam sozinhas suas casas. Quantas famílias perderam essas avós por causa da demora da vacina e nem isso as famílias puderam garantir?



Veraleide

No fim de 2019, eu e uma amiga decidimos abrir uma pequena empresa de corretor de imóveis. Para isso acontecer, precisei abrir um cadastro no Microempreendedores Individuais (MEI). Junto com essa amiga, me organizei para dar vida aos negócios e finalmente colocar velhos sonhos em prática. O que não esperávamos era que uma pandemia estava por vir. Tudo desmoronou e aí é que começaram as nossas lutas diárias para tentar ficar bem durante a crise sanitária. Para quem não me conhece, me chamo Thatiana, tenho 47 anos e moro em Cidreira, Litoral Norte do Rio Grande do Sul junto com meu filho de 5 anos e uma neta de 6 anos. Além disso, tenho uma filha que atualmente mora na mesma cidade, porém em casas separadas. Devido a falta de condições de minha filha, deixamos minha neta morando comigo até as coisas se estabilizassem. Minha filha Francielle tem três filhos, se separou no início da pandemia e simplesmente ficou sozinha com as crianças, sem apoio, sem trabalho, sem escola e sem nenhuma capacidade de se sustentar. O pai das crianças desapareceu, nem pensão foi capaz de garantir.

Nos primeiros dias de pandemia, entrei em pânico, havia investido todo meu dinheiro para abrir esse pequeno negócio, ou seja, não teria retorno algum até que as coisas normalizassem. Obviamente eu não tinha noção de quanto tempo isso duraria, mas ao passar dos dias fui criando mais consciência da situação colocada: as coisas não voltariam à normalidade tão cedo.

Assistindo TV, vi a notícia que após muita luta os movimentos sociais haviam conseguido garantir um Auxílio Emergencial durante a pandemia. Fui procurar mais informações na internet e fiquei atenta calendário do programa. Eu só pensava comigo mesma, não posso deixar de pegar esse auxílio, eu estou precisando muito. No dia em que saiu a notícia do aplicativo e a forma como seria realizado o ingresso no AE, eu e minha filha realizamos o cadastro no aplicativo. Minha filha tinha cadastro único, mas não sabíamos o quanto estava atualizado, portanto, atualizamos as informações via aplicativo mesmo.

Algum tempo depois, tivemos o retorno, fui selecionada para receber o Auxílio Emergencial. Lembro-me que verifiquei o site do Dataprev primeiro, vi o resultado da análise e fui contente avisar minha filha. Ela me disse que iria verificar o dela, ficamos juntas em vídeo chamada para aguardar o resultado. Foi quando ela informou que não havia sido aprovada. Não sabíamos o motivo, pois até então ela se encaixava nos critérios. Sabendo de seu direito, minha filha Fran não desistiu de lutar. Ligou para o Ministério da Cidadania, enviou mensagem na Ouvidoria, registrou queixa em diversos sites, foi até o CRAS, ao banco, mas infelizmente nenhuma alternativa teve sucesso. Nossa necessidade e aperto, além da vontade de ir atrás dos direitos foi maior do que toda a confusão causada pelo governo. Percebi que a negativa indevida era uma realidade de muitas pessoas da minha cidade e de certa forma, da minha bolha nas redes sociais. Muita gente que não conseguia nem ao menos solicitar via aplicativo o benefício. Percebi que os jovens com maior acesso tinham mais facilidade, os mais velhos, com menos recursos tecnológico e menos conhecimento nas redes, acabavam com mais dificuldade de acessar e, por consequência, menor acesso. Foi aí que procuramos nas redes sociais os grupos de beneficiários e organizações que lutaram pelo Auxílio Emergencial para descobrir o que estava acontecendo, como estavam apoiando e até mesmo denunciar a nossa situação. Infelizmente descobri que eram muitas famílias buscando ajuda. Felizmente encontrei o trabalho da Rede Brasileira de Renda Básica, através das lives da Paola Carvalho.

Daí surgiu a ideia, fazer uma live para a minha cidade. Vale destacar que as lives eram o único recurso que tínhamos que chegar em mais pessoas. Por isso, procuramos a Paola e pedimos o apoio do Conselho Tutelar da cidade e de lideranças comunitárias que poderiam participar ao vivo, levantando as dúvidas e questionamentos das comunidades. Foi um sucesso, prova viva de que se as pessoas pudessem ter políticas públicas com clareza e acesso, teriam seus direitos mais respeitados.

Acabei me tornando um ponto de contato na cidade, articulando os problemas com a Rede Brasileira de Renda Básica. Ajudamos muitas famílias. O mais contraditório era que o meu problema persistia dentro de casa. Minha filha seguia sem poder receber o benefício por motivos completamente absurdos. Foi aí, que com apoio da RBRB abrimos processo judicial com um escritório parceria da ONG, que fazia os processos sem cobrar nada.

A luta judicial completou 14 meses e mesmo assim minha filha não conseguiu receber como mãe solo, recebeu como se o pai das crianças permanecesse em casa. Mesmo procurando o CRAS da Cidade, atualizando os dados, para fins de Auxílio Emergencial os dados estavam congeladas para antes de março de 2020. Todas as pessoas que perderam membros na família, que mudaram a sua renda, que ampliaram seus problemas seguiam sem ser enxergados pelo Governo.

Por incrível que pareça, escrevo esse relato com o problema que persiste. Minha filha segue sem ser reconhecida como mãe solo. O processo segue tramitando e já vai completar dois anos e mesmo assim persistimos porque é direito, dela e dos meus netos. Eu sigo tentando retomar a empresa, mas tudo está muito devagar, as pessoas estão com medo e a Omicron é uma realidade que bate violentamente na nossa porta quando estávamos começando a ter esperança.

Essa é uma história de uma avó, mulher, que acaba assumindo a responsabilidade de duas famílias, mesmo com poucas condições. Esse relato é meu, mas poderia ser de muitas avós, inúmeras que sustentam sozinhas suas casas. Quantas famílias perderam essas avós por causa da demora da vacina e nem isso as famílias puderam garantir?





REDE BRASILEIRA DE RENDA BÁSICA